

RADAR DA INDÚSTRIA Nº3

CNI Confederação
Nacional
da Indústria

Painel apresenta recursos do P+P por missão da NIB e agente financeiro

No dia primeiro de julho, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou o painel consolidado do Plano Mais Produção, com dados de participação dos agentes financeiros parceiros do plano – BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e FINEP. O painel interativo disponibiliza os valores aprovados dos projetos, detalhados por agente financeiro e por missão da Nova Indústria Brasil (NIB). É possível ainda aplicar filtros regionais para uma análise mais específica¹.

A partir de dados do painel, considerando os dados entre 2023 e o primeiro trimestre de 2025, foram R\$ 472,70 bilhões contratados em um total de 168 mil projetos. Os recursos foram divididos em R\$ 198,91 bilhões do BNDES, R\$ 118,52 bilhões da Caixa Econômica Federal, R\$ 87,37 bilhões do Banco do Brasil, R\$ 29,04 bilhões da FINEP, R\$ 24,87 bilhões do Banco do Nordeste (BNB), e R\$ 13,99 bilhões do Banco da Amazônia (BASA).

O painel também apresenta o valor dos projetos aprovados por missões da Nova Indústria Brasil, conforme o Gráfico 1.

O Gráfico mostra que, até o primeiro trimestre de 2025, a Missão 3 – Infraestrutura foi a que recebeu o maior montante de recursos, de R\$ 198,33 bilhões (41,96% do total) em 38.480 projetos. Em seguida, aparecem: a Missão 1 – Agroindústria, com R\$ 104,87 bilhões (22,19%) em 81.006 projetos; a Missão 4 – Transformação Digital, com R\$ 77,38 bilhões (16,37%) em 31.972 projetos; a Missão 5 – Descarbonização, com R\$ 43,97 bilhões (9,30%), em 13.778 projetos; a Missão 6 – Defesa e Soberania, com R\$ 26,21 bilhões (5,54%), em 116 projetos; e, por último, a Missão 2 – Saúde, com R\$ 21,93 bilhões (4,64%), em 2.598 projetos.

Gráfico 1 - Recursos aprovados em projetos do P+P por missões da NIB (até março de 2025)

R\$ bilhões



Fonte: Elaborado pela CNI, com base em dados do MDIC (2025).

Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/pmais>

¹ Acesse em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/pmais>

Recursos do BNDES no Plano Mais Produção cresceram R\$ 41 bilhões

Em maio, mês em que se celebra o Dia Nacional da Indústria, o BNDES anunciou um aporte adicional de R\$ 41 bilhões no Plano + Produção (P+P) até 2026. A instituição já era a maior financiadora do plano e, com esse reforço, passa a prover R\$ 300 bilhões em recursos. Já foram aprovados R\$ 206,1 bilhões em 138,1 mil projetos², o que representa 68,7% do total alocado pelo banco no P+P. Considerando os quatro eixos de atuação do plano, a maior parte dos recursos foi destinada ao eixo produtividade (R\$ 148,04 bilhões), seguido de exportação (R\$ 38,54 bilhões), inovação (R\$ 14,34 bilhões) e o eixo verde, que engloba práticas sustentáveis na indústria (R\$ 5,16 bilhões).

■ Distribuição Regional dos Recursos do BNDES aprovados pelo Plano + Produção

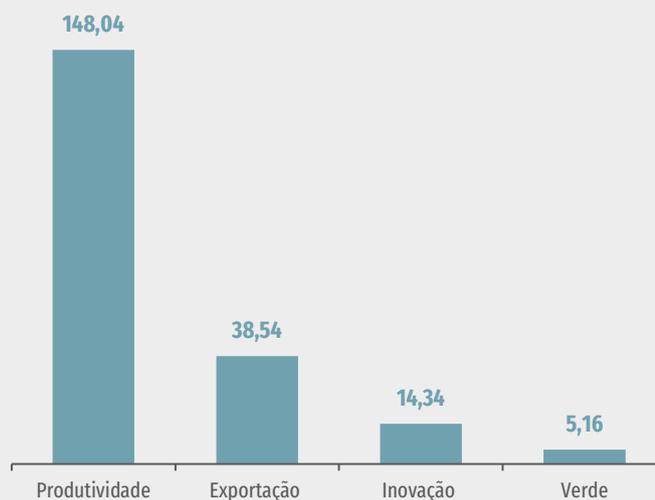
A análise das aprovações do Plano + Produção (P+P) pelo BNDES revela uma concentração de recursos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. A Região Sudeste absorveu 48,9% do total de recursos aprovados, enquanto a Região Sul ficou com 27,2%. Entre os estados, São Paulo se destaca, recebendo 35,5% do total de recursos aprovados, o que representa R\$ 73,1 bilhões. Em seguida, Minas Gerais aparece com 10,5% (R\$ 21,6 bilhões).

Na Região Sul, a divisão entre os estados se deu da seguinte forma: Rio Grande do Sul: 9,9% (R\$ 20,4 bilhões); Paraná: 9,7% (R\$ 19,9 bilhões) e Santa Catarina: 7,7% (R\$ 15,8 bilhões).

Juntas, essas cinco Unidades da Federação (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) concentram 73,2% dos recursos aprovados pelo BNDES até maio de 2025, totalizando R\$ 150,81 bilhões (veja no Mapa 1).

Gráfico 2 - Recursos aprovados em projetos pelo BNDES no Plano + Produção (até maio de 2025)

R\$ bilhões



Fonte: Elaborado pela CNI, com base em dados do BNDES (2025).

Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/painel-plano-mais-producao>

Além dessas, o estado do Mato Grosso também se destacou, com 7,0% dos recursos aprovados em projetos, somando R\$ 14,5 bilhões (também indicado no Mapa 1).

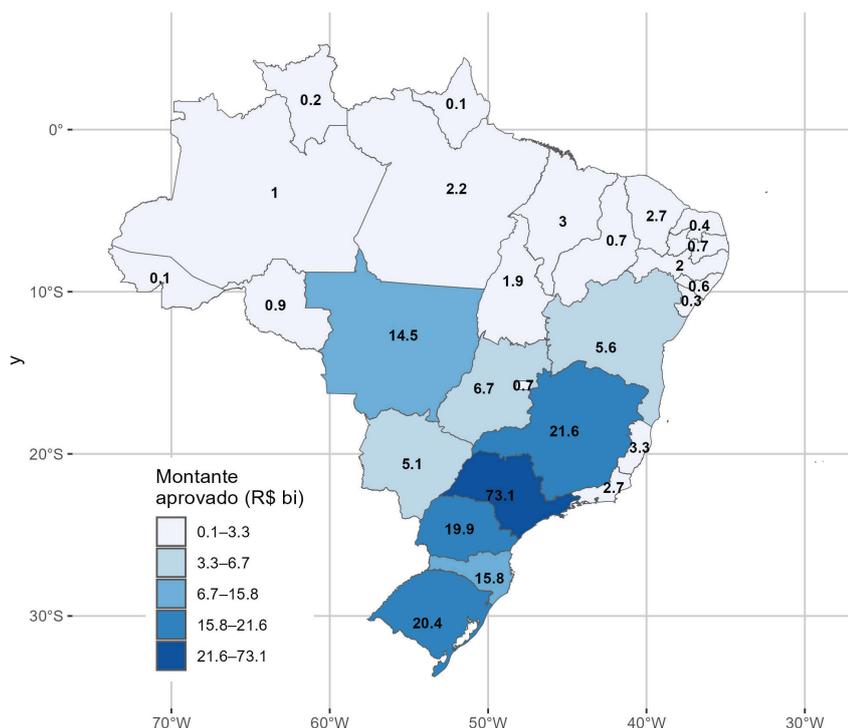
Em contraste, as UFs do Norte e Nordeste receberam volumes menores, representando 3,1% e 7,8% do total de recursos, respectivamente. As três UFs do Nordeste que se destacaram com maiores volumes de recursos aprovados foram: a Bahia (2,7%, R\$ 5,6 bilhões), o Maranhão (1,5%, R\$ 3,0 bilhões) e o Ceará (1,3%, R\$ 2,7 bilhões) (Mapa 1).

Apesar das disparidades observadas no volume absoluto de recursos aprovados pelo BNDES em cada estado, a análise do valor aprovado por milhão de PIB industrial revela uma distribuição menos concentrada regionalmente (veja no Mapa 2). Destacam-se: Mato Grosso, com R\$ 384,6 aprovados por milhão de PIB industrial, Tocantins (R\$ 295,1) e Maranhão (R\$ 161,7). Também a região Nordeste apresenta um resultado melhor com base nesse indicador.

² Dados atualizados até 31/05/2025.

Mapa 1 - Recursos aprovados pelo BNDES no Plano + Produção por Unidade da Federação (até maio de 2025)

R\$ bilhões

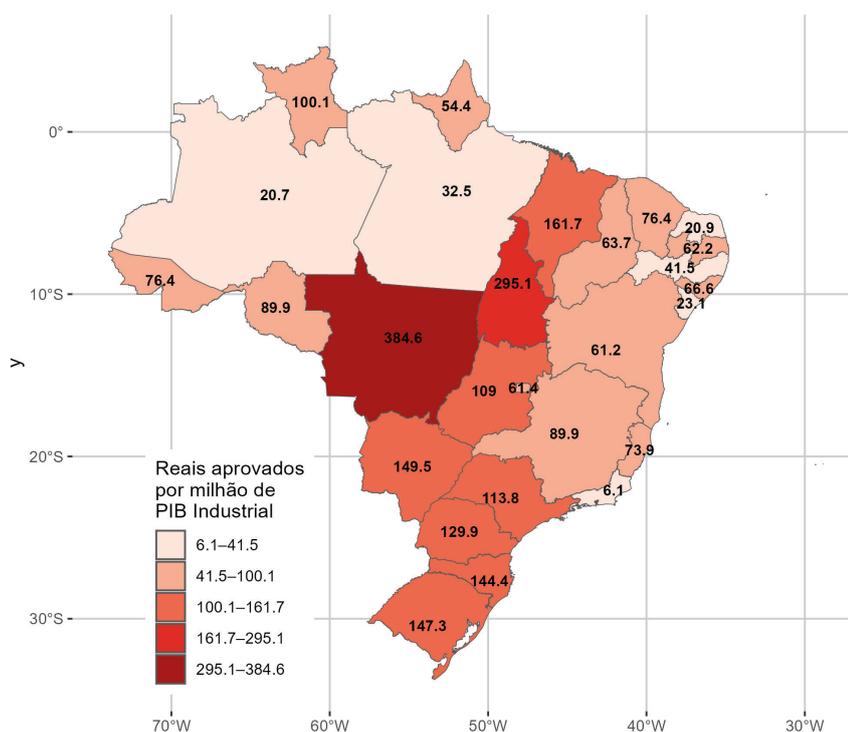


Fonte: Elaboração CNI, com base em dados do BNDES (2025).

Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/painel-plano-mais-producao>

Mapa 2 - Recursos aprovados pelo BNDES no Plano + Produção em relação ao PIB Industrial, por Unidade da Federação (até maio de 2025)

R\$ aprovados/Milhão de PIB Industrial



Fonte: Elaboração CNI, com base em dados do BNDES (2025).

Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/painel-plano-mais-producao>

Em relação às aprovações por porte de empresa, R\$ 120,23 bilhões (58,3% do total) foram destinados a projetos de grandes empresas industriais, R\$ 61,51 bilhões (29,8%) a médias empresas, R\$ 19,92 bilhões (9,7%) a pequenas e R\$ 4,41 bilhões (2,1%) a microempresas.

A nova capitalização do BNDES para o P+P contribuiu para os avanços dos projetos previstos para o desenvolvimento industrial brasileiro. Em 2024, um ano após o lançamento da NIB, o PIB brasileiro cresceu 3,4%, com destaque para o setor industrial (3,3%) e para a indústria de transformação (3,8% – a maior alta desde 2010). A taxa de investimento da economia subiu para 17% do PIB, e o país registrou recorde nas exportações da indústria de transformação, atingindo US\$ 181,8 bilhões.

Esse desenvolvimento gera impactos diretos na geração de renda e empregos no país. Em 2024, houve um avanço de 4,7% na renda domiciliar e a redução da desigualdade social para o menor nível da série iniciada em 2012, segundo dados recentes da PNAD. O setor industrial registrou saldo positivo de 306.299 postos formais de trabalho, segundo dados do Novo CAGED.

NÚMEROS DA NIB

P+P

- BNDES (até 31/05/2025): **R\$ 206,1 bilhões** aprovados em **138,1 mil projetos**
- FINEP (até 31/03/2025): **R\$ 29,04 bilhões** aprovados em **2.572 projetos**

B+P (até 20/05/2025):

11.135 MPMEs atendidas pelo SENAI na modalidade “Otimização de processos industriais”

Mover (até maio de 2025):

105 projetos de PD&I e 996 consultorias de manufatura enxuta e digitalização operadas pelo SENAI

Depreciação Acelerada (até junho de 2025):

3.504 pedidos de 502 empresas diferentes

Volume estimado de **R\$ 265,19 milhões** (pedidos deferidos) em benefícios

Investimentos privados alavancados pelos instrumentos da NIB (até 31/12/2024):

R\$ 2,2 trilhões

Programa de Depreciação Acelerada entra no segundo ano

A segunda fase do programa Depreciação Acelerada foi lançada, prevendo R\$ 1,7 bilhões em créditos tributários em 2025. Esses recursos incentivam a modernização fabril, a partir da aceleração da depreciação de máquinas e equipamentos para os dois primeiros anos de vida útil dos ativos, com 50% do ativo depreciado no primeiro ano e 50% no segundo.

O acesso ao programa só é possível para empresas que estão sob o regime tributário de lucro real para a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)³. Com o incentivo, as empresas de lucro real têm sua base de cálculo de IRPJ e CSLL reduzida. Para 2024 e 2025, foram aprovados R\$ 3,4 bilhões em recursos. Até junho de 2025, segundo informações da Receita Federal, foram adquiridos R\$ 779,97 milhões em máquinas e equipamentos sob o regime de depreciação acelerada, com R\$ 265,19 milhões em benefícios para pedidos deferidos (7,8% dos R\$ 3,4 bilhões aprovados).

³ Para mais informações sobre como acessar o programa, visite: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/depreciacao-acelerada-conheca-o-mecanismo-que-ajuda-na-compra-de-maquinas-e-equipamentos/>

A simulação apresentada na Tabela 1 traz um exemplo dos benefícios financeiros promovidos pela depreciação acelerada para a empresa. O exercício compara o valor dos impostos pagos por uma empresa no regime de depreciação comum (linear) e no regime de depreciação acelerada. Para isso, considera-se que a empresa adquiriu uma máquina (ativo) no valor de R\$ 1 milhão, com depreciação total ao longo de 10 anos, uma taxa de juros de 11,75% ao ano e alíquota de 34% para os impostos sobre a renda (IRPJ e CSLL).

O exercício mostra que, no caso da depreciação acelerada, a economia que a empresa teria (economia fiscal) ao depreciar 50% do valor do ativo no primeiro ano e 50% no segundo é maior quando comparada com o regime de depreciação linear. No regime de depreciação acelerada, a base de cálculo tributário seria reduzida em R\$ 500 mil no primeiro ano, o que representa a depreciação de metade do valor do ativo. Aplicando-se a alíquota de

34% a esse valor, a empresa teria uma economia fiscal de R\$ 170 mil no primeiro ano. O mesmo processo repete-se no segundo ano, em que o ativo é totalmente depreciado.

Considerando os R\$ 170 mil no primeiro e no segundo ano como uma receita da empresa, quando trazidos ao valor presente a uma taxa de juros (desconto) de 11,75% ao ano, esses valores seriam de R\$ 152,13 mil e R\$ 136,13 mil, respectivamente, somando R\$ 288,26 mil (Valor Presente Líquido – VPL). Ao repetir o mesmo exercício para o regime comum de depreciação, em que o ativo se deprecia em 10 anos, o VPL dessas receitas seria de R\$ 194,09 mil. Ou seja, ao se adquirir um ativo de R\$ 1 milhão, depreciável em 10 anos, e depreciá-lo em apenas dois anos, as empresas tendem a encontrar um VPL 49% maior em comparação à depreciação sem o mecanismo.

Dessa forma, a depreciação acelerada permite que as empresas antecipem benefícios fiscais, liberando recursos financeiros logo nos primeiros anos após a aquisição de máquinas ou equipamentos — período normalmente mais crítico devido ao aumento das despesas com essa compra. Esses recursos podem ser utilizados para a redução das dívidas do investimento, o que diminui os gastos com juros, além de atender outras necessidades de caixa, ou até mesmo serem direcionados para a realização de novos investimentos, o que se traduz em modernização e rentabilidade para as empresas.

Tabela 1 – Comparação entre a compra de um equipamento com uso do incentivo de depreciação acelerada e sem o mecanismo

DEPRECIÇÃO LINEAR										
ANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Depreciação linear (1)	R\$ 100.000									
Economia fiscal (3)	R\$ 34.000									
Fator de desconto (4)	89%	80%	72%	64%	57%	51%	46%	41%	37%	33%
Economia presente	R\$ 30.425	R\$ 27.226	R\$ 24.363	R\$ 21.802	R\$ 19.509	R\$ 17.458	R\$ 15.622	R\$ 13.980	R\$ 12.510	R\$ 11.194
DEPRECIÇÃO ACELERADA										
ANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Depreciação acelerada (2)	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ -							
Economia fiscal (3)	R\$ 170.000	R\$ 170.000	R\$ -							
Fator de desconto (4)	89%	80%	72%	64%	57%	51%	46%	41%	37%	33%
Economia presente	R\$ 152.125	R\$ 136.130	R\$ -							
VPL depreciação normal (5)										R\$ 194.090
VPL depreciação acelerada (5)										R\$ 288.255
DIFERENÇA (%)										49%

Fonte: Elaboração CNI.

Legenda:

- (1) **Depreciação linear:** método contábil que divide o valor depreciável de um ativo de forma uniforme ao longo de sua vida útil.
- (2) **Depreciação acelerada (caso Brasil):** permite deduzir 50% do valor do ativo no primeiro ano e 50% no segundo, reduzindo a base tributável no período.
- (3) **Economia fiscal:** redução no imposto pago pelas empresas devido ao valor depreciado.
- (4) **Fator de desconto:** multiplicador para converter valores futuros em valor presente.
- (5) **Valor Presente Líquido – VPL:** indicador que mede o valor atual de um projeto ou investimento com fluxos de caixa futuros.

Programa Brasil + Produtivo continua o atendimento às indústrias

O programa Brasil Mais Produtivo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), é uma iniciativa que promove o aumento da produtividade, da competitividade e eficiência energética para micro, pequenas e médias empresas dos segmentos da indústria, comércio e serviços, através do acesso a um acompanhamento contínuo, consultorias, orientações e soluções.

Para empresas industriais, o programa oferece quatro modalidades: plataforma de produtividade; diagnósticos e melhorias de gestão; otimização de

processos industriais, em que se encaixam consultorias para eficiência energética; e transformação digital. Segundo dados recentes, na modalidade *otimização de processos industriais*, foram iniciados 11.135 atendimentos a Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) pelo Senai em 2024 e 2025⁴. Desse total, mais de 5.600 atendimentos foram concluídos.

Em 2024, as metas de atendimento para produtividade e eficiência energética foram praticamente atingidas, mesmo após terem sido revisadas para cima devido à alta demanda. Foram realizados 5.890 atendimentos para micro e pequenas empresas, de uma meta de 6 mil empresas, e 485 atendimentos para médias empresas, de uma meta de 490 empresas. Para 2025, essas metas correspondem a 7 mil atendimentos a micro e pequenas empresas e 470 para médias empresas⁵. Até maio de 2025, já foram iniciados 5.245 atendimentos a micro e pequenas empresas.

Mover avança com mais de R\$ 235 milhões em recursos investidos em PD&I no setor automotivo

O programa de Mobilidade Verde e Inovação – Mover, que estimula investimentos em novas rotas tecnológicas e aumenta as exigências de descarbonização da frota automotiva brasileira, possui três eixos de atuação com participação do Senai: Consultorias *Hands-On*, Desenvolvimento de Competências (*Master in Business Innovation*) e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Com relação ao eixo de Consultorias *Hands-On*, subdividido em consultorias de manufatura enxuta

(*lean*), digitalização e avaliação do ciclo de vida, até maio de 2025, foram contratadas 996 consultorias do Senai, com mais de 38% de ganho médio de produtividade em consultorias de digitalização e mais de 49% de ganho médio de produtividade em consultorias de *lean*. No eixo de PD&I, foram elaborados 105 projetos, formadas mais de 90 alianças entre três ou mais indústrias e mais de R\$ 235 milhões em recursos do Mover foram investidos em PD&I.

Por fim, no eixo de Competências (*Master in Business Innovation - MBI*), referente à indústria automotiva, mobilidade elétrica e energias renováveis, foram iniciadas nove turmas, sendo três já concluídas, quatro em andamento e duas em fase de contratação. Os dados somam mais de 75 empresas participantes e 423 alunos matriculados. Nas três turmas já concluídas, a taxa de formação média dos alunos foi de 96,94%.

⁴ Dados atualizados até 20/05/2025.

⁵ Valor em negociação com a ABDI.

OUTROS DESTAQUES

- ▶ **Governo Federal anuncia chamada pública de R\$ 10 bilhões para desenvolvimento econômico e social do Nordeste:** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou no dia 28 de maio a abertura de uma chamada pública com orçamento de R\$ 10 bilhões para selecionar planos de negócios estratégicos que impulsionem o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, no âmbito da Nova Indústria Brasil. A iniciativa visa apoiar projetos em áreas como energia renovável, bioeconomia, descarbonização, data center verde, indústria automotiva e tecnologias para a agricultura familiar, sendo realizada em parceria entre BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa, Finep, com apoio técnico da Sudene e do Consórcio Nordeste.
- ▶ **GT de Adensamento Produtivo da NIB segue com as rodadas de reuniões para a entrega de planos de ação para cada cadeia priorizada na NIB:** Entre maio e junho, ocorreu a segunda rodada de reuniões das quatro previstas para 2025, para a maioria dos 28 subgrupos de trabalho das cadeias produtivas contempladas na Nova Indústria Brasil (NIB). A primeira reunião apresentou o mapeamento de informações das cadeias produtivas priorizadas. A segunda reunião marcou o início da construção de planos de ação para cada nicho priorizado. A terceira rodada visa a conclusão dos planos de ação e a quarta, prevista para ocorrer no último trimestre, irá definir grupos de acompanhamento para a implementação das ações em 2026.
- ▶ **GT de Coordenação das Ações de Territorialização e Desenvolvimento Regional da NIB:** O grupo de trabalho coordenado pelo CNDI/MDIC é responsável por alinhar com a política industrial as ações de territorialização e desenvolvimento regional. Seu plano de trabalho está organizado em três eixos, cada um ligado a um subgrupo de trabalho: i) Regionalização dos Programas da NIB; ii) Industrialização nos territórios; e iii) Desenvolvimento de fornecedores (setor automotivo). Além do MDIC, participam pelo governo: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), agências financiadoras do Plano Mais Produção (como BNDES e FINEP) e instituições regionais, como o Consórcio Nordeste. Na reunião realizada em 16 de junho, o GT apresentou os resultados preliminares de um estudo em elaboração pela CEPAL, em parceria com a UFMG, com uma análise regionalizada das cadeias prioritárias da NIB. O GT pretende apresentar, no segundo semestre, uma “estratégia de territorialização da NIB” com base no trabalho dos subgrupos.



Veja mais

Mais informações em:
<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

Documento concluído em 16 de julho de 2025.

RADAR DA INDÚSTRIA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial | Diretor: Jefferson de Oliveira Gomes | Diretor Adjunto: Mário Sérgio Carraro Telles | Superintendência de Política Industrial | Superintendente: Fabrício Silveira | Gerência de Política Industrial | Gerente: Samantha Cunha | Equipe Técnica: Inacio Calache Cozendey, Rafael Grilli Felizardo e Rodrigo Luis Comini Curi | Coordenação de Divulgação | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Carla Gadêlha.

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992 - email: sac@cni.com.br.

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

